

O documento a seguir foi juntado aos autos do processo de número 0601112-13.2018.6.11.0000 em 12/12/2018 23:50:27 por Procurador Regional Eleitoral Documento assinado por:

- PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO

Consulte este documento em:

https://pje.tre-mt.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam usando o código: **1812122350277320000000818927** 

ID do documento: 843322







Autos nº : 0601112-13.2018.6.11.0000

Assunto : Prestação de Contas – Senador – Eleições 2018

Requerente : Selma Rosane Santos Arruda e Outros

Relator : Exmo. Ulisses Rabaneda Júnior

### PARECER MINISTERIAL

### EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL,

#### EMINENTE RELATOR,

#### I. RELATÓRIO

Trata-se de prestação de contas da chapa majoritária eleita ao Senado composta pela candidata SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA e pelos suplentes GILBERTO EGLAIR POSSAMI e CLERIE FABIANA MENDES, relativa aos recursos arrecadados e despendidos nas eleições de 2018.

Após regular tramitação do feito, a Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria (CCIA/TRE/MT) emitiu parecer conclusivo pela **desaprovação** das contas auditadas (ID nº 775072).



Referido juízo negativo pautou-se nas seguintes irregularidades:

- a) Recebimento de receita financeira no valor de R\$ 1.600,00 via depósito bancário identificado;
- b) Recebimento de doações estimáveis não provenientes de produto do serviço ou da atividade econômica do doador, no valor de R\$ 40.040,00 (serviço de piloto de aeronave e respectivo combustível);
- c) Despesa de campanha no valor de R\$ 4.350,00 paga antes do período eleitoral, referente a serviços prestados por Ismaela de Deus Souza T. Silva como Secretária Executiva.
- **d)** Arrecadação de recursos mediante empréstimo pessoal no valor de **R\$ 1.5000.000,00** que transitaram à margem da conta bancária oficial e que foram parcialmente empregados na quitação de diversas despesas com publicidade (R\$ 450.000,00), pesquisa eleitoral (R\$ 60.000,00), dentre outras (R\$ 300.000,00), contratadas e executadas antes do preenchimento dos requisitos do art. 3º da Res./TSE nº 23.553/2017;
- e) Captação de recursos mediante empréstimo pessoal no valor de R\$ 1.5000.000,00, prática vedada pelo artigo 18 da Resolução TSE nº 23.553/2017.
- f) Ausência de transparência contábil decorrente da impossibilidade de aferição da data de contratação e do exato valor pactuado com a Genius At Work Produções Cinematográficas LTDA, dada a ausência de contrato formal e a existência de pagamentos no valor total de R\$ 700.000,00 em período de pré-campanha.

É a síntese do essencial.



### II. DO MÉRITO

O caso é de **DESAPROVAÇÃO** das contas auditadas, em razão da gravidade e da diversidade de irregularidades constatadas, dentre as quais destaca-se:

### 1) RECEITA FINANCEIRA RECEBIDA VIA DEPÓSITO IDENTIFICADO

Primeiramente, importante destacar que a Resolução TSE nº 23.553/2017 é clara ao dispor que as doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser formalizadas mediante **transferência eletrônica** entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação.

A matéria, a propósito, está regulamentada, de forma clara e precisa, no §1º do art. 22 da Resolução TSE nº 23.553/2017, cuja inteligência insta transcrever:

Art. 22. As doações de pessoas físicas e de recursos próprios somente poderão ser realizadas, inclusive pela internet, por meio de:

*(...)* 

§ 1º As doações financeiras de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação.

§ 2º O disposto no § 1º aplica-se também à hipótese de doações sucessivas realizadas por um mesmo doador em um mesmo dia.

Tal regra, impende anotar, tem como finalidade precípua ampliar o espectro de mecanismos de fiscalização quanto à origem dos recursos que abastecem as campanhas eleitorais, de modo a evitar ou prevenir a prática, nada incomum, de lavagem de dinheiro ou legalização de recursos provenientes de fonte vedada ou de origem clandestina, mediante doações a serem efetuadas pelo próprio candidato ou por interpostas pessoas (laranjas) na forma de depósitos de recursos em espécie.



Sendo este o propósito da norma, verifica-se que, no caso concreto dos autos, o bem jurídico tutelado pelo art. 22 da Resolução TSE nº 23.553/2017 – qual seja, **transparência** -, foi violado, isto porque o conjunto probatório produzido **não demonstra** que a verba depositada tem origem em economias próprias da doadora.

No caso dos autos, consta da prestação de contas auditada o registro de recebimento de duas doações financeiras efetuadas por **Esdras Silva dos Santos**, ambas na data de 05/10/2018, em benefício da campanha dos requerentes, no valor total de **R\$** 1.600,00 (R\$ 1.000,00 + R\$ 600,00), sem que fosse observada a forma prescrita em lei, qual seja a transferência eletrônica.

Pior, os requerentes empregaram tais recursos na campanha, o que só potencializou a gravidade da irregularidade, a teor do §3º do art. 22 da Resolução TSE nº 23.553/2017.

§ 3º As doações financeiras recebidas em desacordo com este artigo <u>não</u> <u>podem ser utilizadas</u> e devem, na hipótese de identificação do doador, ser a ele restituídas ou, se isso não for possível, recolhidas ao Tesouro Nacional, na forma prevista no caput do art. 34 desta resolução.

Cabe registrar que, embora tenha sido possível identificar a doadora do malfadado recurso – já que realizado por depósito identificado constando o CPF da doadora – o objetivo da norma insculpida no art. 22 da Resolução do TSE nº 23.553/2017 é permitir a identificação da **origem do recurso creditado na conta do candidato,** o que em boa medida restou frustrado na presente inconsistência.

Oras, no depósito direto a autoria da doação se dá por mera declaração. Logo, qualquer pessoa pode declarar-se, perante a instituição financeira, dono da quantia então doada, não havendo meios para fiscalizar ou comprovar a veracidade de tal



declaração.

Assim, não só o dinheiro, mas a Justiça Eleitoral fica à mercê do candidato, que de posse dos recursos financeiros, cuja origem se desconhece, pode vinculá-los a qualquer número de CPF, obstando as atividades de sindicância por parte dos órgãos de fiscalização.

Com efeito, se o montante doado era proveniente da renda ou economias pessoais da doadora era de se esperar que juntasse prova concreta neste sentido, como o extrato bancário de sua conta pessoal, identificando o saque em dinheiro, acompanhado do comprovante de depósito na conta de campanha, provas de fácil produção da qual não se desincumbiu.

Assim, se a receita obtida via depósito é tida pela lei de regência como irregular, é de rigor que os candidatos sejam compelidos a promoverem o **recolhimento** da receita de origem não identificada, no valor de **R\$ 1.600,00**, aos cofres do Tesouro Nacional, tal como determina o §3º do art. 22 c/c o artigo 34 da Res. TSE nº 23.553/2017.

### 2) DA RECEITA ESTIMÁVEL EM DINHEIRO – CESSÃO DE AERONAVE

Razão assiste ao órgão técnico.

O empréstimo de aeronave por **pessoa física** não pressupõe, em hipótese alguma, que estejam ali inclusos despesas com remuneração do piloto e combustível suficiente para **18hs:35min** de voo, conforme consta do relatório apresentado<sup>1</sup>.

Ademais, o que consta expressamente do recibo eleitoral e do Termo de Cessão de Veículo é que o objeto da doação é o empréstimo da aeronave e não horas de voo, tal como forceja por fazer crer os requerentes.

1 http://inter03.tse.jus.br/sitdoc/DownloadFile?id=bb7e1473-adbf-43a2-9ffd-c94b6d96b56f&inline=true



Não se olvide que, na qualidade de pessoa física, não poderia o proprietário da aeronave cedida ter doado combustível e arcado diretamente com os custos do piloto, porquanto, a teor do artigo 27 da Resolução TSE nº 23.553/2017, "Os bens e/ou serviços estimáveis em dinheiro doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu próprio serviço, de suas atividades econômicas e, no caso dos bens, devem integrar seu patrimônio", isto porque tal prática impede que a Justiça Eleitoral exerça a atividade de auditoria acerca dos recursos financeiros empregados na quitação dessas despesas omitidas (piloto e combustível).

### 3) OBTENÇÃO DE RECEITA FINANCEIRA VIA MÚTUO

A candidata SELMA ROSANE SANTOS DE ARRUDA alega que o aporte financeiro de R\$ 1.500.000,00 recebido em sua conta pessoal mediante duas transferências eletrônicas em período de pré-campanha foi obtido mediante empréstimo pessoal tomado do também candidato a suplente, companheiro de chapa, GILBERTO EGLAIR POSSAMAI.

Argumenta que referido crédito não constituiu doação de campanha, e nem tampouco a prática de caixa dois, muito embora tenha sido comprovado que mais de 50% desse valor acabaria empregado na quitação de gastos tipicamente eleitorais, que beneficiaram não só a candidata **SELMA ARRUDA**, mas, sobretudo e principalmente o seu benfeitor **GILBERTO**, integrante da **CHAPA MAJORITÁRIA** eleita, conforme será demonstrado mais adiante.

A propósito, cumpre relembrar que, de acordo com o artigo 18 da Resolução TSE nº 23.553/2017, "A utilização de recursos próprios que tenham sido obtidos mediante empréstimo somente é admitida quando a contratação ocorra em instituições financeiras ou equiparadas autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e, no caso de



candidatos, quando cumpridos os seguintes requisitos cumulativos".

Referido regramento deve ser igualmente aplicável na hipótese de arrecadação de recursos para financiamento de atos de pré-campanha, porquanto seria incoerente e assistemático admitir que durante a pré-campanha o pretenso candidato pudesse valer-se de meios de arrecadação vedados no período de propaganda eleitoral oficial, pois isso seria incompatível com a proteção adequada dos valores que se buscou preservar com a proibição da utilização dessas fontes de receita.

No caso dos autos, rememore que a candidata SELMA ROSANE DE ARRUDA alega que contraiu empréstimo no valor de R\$ 1.500.000,00 com o 1° suplente GILBERTO EGLAIR POSSAMAI (Contrato de Mútuo em ID nº 633222), contudo consta dos autos que 1/3 desse valor – mais exatamente o montante de R\$ 500.000,00 – foi transferida, não por Gilberto, mas pela Sra. ADRIANA KRASNIEVICZ POSSAMAI.



#### Consulta de TED Recebida

Tipo de TED: PAG0108R2

Banco remetente: 001

Agência e Conta do remetente: 1492/00000109294-4

Nome do remetente 1: ADRIANA KRASNIEVICZ POSSA

CPF/CNPJ do rementente 1: 651.467.861-00
Valor (R\$): 500.000.00

Finalidade: Credito em Conta

Data: 13/07/2018

Histórico: 00000000000





#### Consulta de TED Recebida Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED: STR0008R2

Banco remetente: 001

Agência e Conta do remetente: 1492/00000109294-4

Nome do remetente 1: GILBERTO EGLAIR POSSAMAI

 CPF/CNPJ do rementente 1:
 487.073.091-04

 Valor (R\$):
 1.000.000,00

 Finalidade:
 Credito em Conta

 Data:
 05/04/2018

 Histórico:
 00000000000000

Parte desses recursos, mais especificamente a quantia de **R\$ 188.000,00**, foram "<u>legalizados</u>" por **SELMA ARRUDA** mediante transferência para a conta oficial de campanha, <u>como se doação de recursos próprios fosse</u>, conforme consta do Recibo nº 001700500000MT000101E e do Demonstrativo de Receitas Financeiras.

É precária a verossimilhança na alegação de que este se constituiu em genuíno e legítimo contrato de mútuo, quando se constata que a maioria – a imensa maioria, destaque-se - da receita obtida via suposto empréstimo foi empregada em benefício não só da mutuária (cabeça de chapa), como do próprio mutuante (1º suplente), o qual, juntamente com a cônjuge Adriana Krasnievicz Possamai, "BANCARAM" a campanha da chapa majoritária eleita tanto no período pré-campanha como no período eleitoral, o que evidencia o seu maior interesse no resultado da eleição.

Doadores	Valor Doado (Arrecadação Paralela)	Valor Doado (Arrecadação Oficial)
Gilberto Eglair Possamai	R\$ 1.000.000,00	R\$ 310.000,00
Adriana Krasnievicz Possamai	R\$ 500.000,00	R\$ 1.090.886,93

TOTAL	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.400.886,93 <sup>2</sup>
-------	------------------	-------------------------------

<sup>2</sup> Esse valor corresponde a 82% do volume de receitas financeiras amealhadas (R\$ 1.704.416,93).



A propósito, o *website* jornalístico **VG Notícias** publicou, na data de 10/12/2018, matéria<sup>3</sup> que revelaria a versão de que o contrato de mútuo em questão não teria passado de um simulacro idealizado pela assessoria jurídica dos requerentes para buscar legitimar uma doação de recursos financeiros à margem da contabilidade oficial de campanha.

Por derradeiro, a tese de empréstimo torna-se ainda mais frágil quando se constata que **SELMA ARRUDA** não possui patrimônio suficiente para suportar eventual execução sem reduzir-se a insolvência, conforme declarado por ocasião de seu registro de candidatura<sup>4</sup>.

#### Declaração de bens

Exmo. Sr. Juiz Relator,

SELMA ROSANE SANTOS ARRUDA, portadora do título de eleitor nº 003174701805, vem, nos termos da Resolucão/TSE nº 23.548/2017, apresentar sua declaração de bens.

Tipo do bem	Valor (R\$)
Casa	220.000,00
Casa	320.000,00
Casa	600.000,00
Depósito bancário em conta corrente no País	3.173,05
Caderneta de poupança	105,55
Aplicação de renda fixa (CDB, RDB e outros)	229.567,96
Fundo de Curto Prazo	10,00
Depósito bancário em conta corrente no País	52.694,25
Depósito bancário em conta corrente no País	1.612,32

Acerca disto, importante mencionar que, no caso de candidatos, o artigo 18 da Resolução TSE nº 23.553/2017 exige que os empréstimos "estejam caucionados por bem integrante do seu patrimônio no momento do registro de candidatura" e "não ultrapassem a capacidade de pagamento decorrente dos rendimentos de sua atividade econômica", dois requisitos AUSENTES no caso retratado nos autos.

<sup>3 &</sup>lt;a href="https://www.vgnoticias.com.br/politica/possamai-culpa-advogados-por-versao-de-emprestimo-para-selma/52957">https://www.vgnoticias.com.br/politica/possamai-culpa-advogados-por-versao-de-emprestimo-para-selma/52957</a> e <a href="https://www.vgnoticias.com.br/politica/apos-conflito-entre-advogados-possamai-revela-que-lauro-da-mata-orientou-simulacao-de-emprestimo-a-selma/52968">https://www.vgnoticias.com.br/politica/possamai-culpa-advogados-por-versao-de-emprestimo-para-selma/52957</a> e <a href="https://www.vgnoticias.com.br/politica/apos-conflito-entre-advogados-possamai-revela-que-lauro-da-mata-orientou-simulacao-de-emprestimo-a-selma/52968">https://www.vgnoticias.com.br/politica/apos-conflito-entre-advogados-possamai-revela-que-lauro-da-mata-orientou-simulacao-de-emprestimo-a-selma/52968</a>.

<sup>4</sup> Patrimônio declarado no valor de R\$ 1.4437.163,13.



A suspeita de simulação do contrato de mútuo ganha robustez quando se verifica que o preço de mercado do bem imóvel supostamente dado em garantia ao mútuo, avaliado em **R\$ 600.000,00**, representa apenas **40% do valor da "dívida"**, conforme declarado pela própria candidata **SELMA ARRUDA** no seu requerimento de registro de candidatura.

A título de reforço, considere-se que foi estipulado no indigitado contrato o prazo de 24 (vinte e quatro) meses (vencimento em 05/04/2020) para quitação do "empréstimo", o que é **INCOMPATÍVEL** com os proventos de aposentadoria auferidos pela mutuária.

### 4) DESPESAS CONTRATADAS E QUITADAS EM PERÍODO PROIBIDO

Consta do parecer técnico que foram evidenciados despesas de natureza eminentemente político-eleitoral, contratadas e executadas antes do preenchimento dos requisitos do art. 3º da Res./TSE nº 23.553/2017, bem como quitadas com recursos financeiros obtidos via caixa dois ou, como quer os requerentes, via empréstimo pessoal, tais como: gastos com publicidade (R\$ 450.000,00), pesquisa eleitoral (R\$ 60.000,00), secretaria-executiva (R\$ 4.325,00), dentre outros (R\$ 300.000,00).

A candidata se defende. Argumenta que tratam-se de gastos legítimos de atos de pré-campanha e que o valor gasto observou a alcance de um pré-candidato médio, definido pela jurisprudência do c. TSE como "aquele capaz de arcar com despesas eleitorais da pré-campanha a partir do aporte ordinário de recursos financeiros".

Acontece que no caso dos autos foram comprovadamente realizados gastos de natureza tipicamente eleitoral, no importe de **R\$ 777.816,36**, os quais foram quitados com receita constituída a partir de *aporte extraordinário* de recursos financeiros, ou seja, obtidos mediante "empréstimo" ou caixa dois, em valor equivalente a 50% do limite de



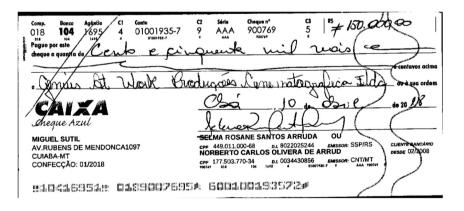
gastos (R\$ 3.000,000,00).

Conforme quadro abaixo, observe que alguns fornecedores constaram da prestação de contas, contudo parte do preço contratado foi pago à margem da contabilidade oficial de campanha.

Fornecedor	Valor Pago (Via Caixa Dois) <sup>5</sup>	Valor Pago (Via Conta Oficial)
Genius At Work Produções	R\$ 579.987,36	R\$ 330.000,00
Ismaela de Deus S. T. Silva	R\$ 5.329,00	R\$ 9.899,30
Guilherme Leiman	R\$ 14.000,00	R\$ 15.399,60
Paulo Ricardo Schenatto	R\$ 2.000,00	R\$ 12.746,90
KGM Assessoria Institucional	R\$ 20.000,00	R\$ 460.000,00
Kleber Alves de Lima <sup>6</sup>	R\$ 80.000,00	
Vetor Assessoria e Pesquisa	R\$ 60.000,00	
Voice Pesquisas e Comunicação	R\$ 16.500,00	

TOTAL	R\$ 777.816,36	
-------	----------------	--

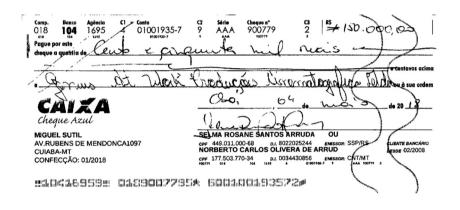
Confira os comprovantes de pagamento.

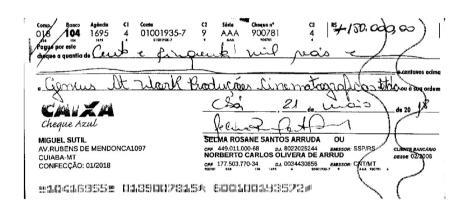


5 Comprovantes de pagamento constam do ID  $n^{\rm o}$  633222

6 É o proprietário da KGM Assessoria Institucional Ltda e, na qualidade de testemunha, inquirida nos autos da da AIJE  $n^{\circ}$ , confirmou a prestação de serviços como pessoa física no valor de R\$ 60.000,00 em período proscrito.















#### Consulta de TED Enviada

via Internet banking Critror	
Tipo de TED:	PAG0108
Banco destino:	BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S.A 02038232
Agência/Conta destino:	4256/000000002553-4
Tipo de conta destino:	сс
Nome do destinatário 1:	ISMAELA DE DEUS SOUZA TEIXEIRA
CPF/CNPJ do destinatário 1:	328.153.011-72
Valor (R\$):	4.350,00
Valor da tarifa (R\$):	17,50
Finalidade:	Credito em Conta
Data-Hora da operação:	30/05/2018
Nr. Doc:	134854
Número de Controle CAIXA:	134854



#### TEV Enviada

Conta origem: 1695 / 001 / 00001935-7
Conta destino: 1695 / 001 / 00024400-8

Nome destinatário: ISMAELA DE DEUS SOUZA T DA SILVA

**Valor**: R\$ 979,00

 Data de débito:
 13/06/2018

 Data/hora da operação:
 13/06/2018 11:14:58

Código da operação: 152048
Chave de segurança: H4M1S97C0NH1NE8E





### Consulta de TED Enviada Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED:

Banco destino: BANCO BRADESCO S/A - 60746948

Credito em Conta

Agência/Conta destino: 2117/000000023559-8

Tipo de conta destino: cc

Nome do destinatário 1: GUILHERME LEIMANN CPF/CNPJ do destinatário 1: 015.820.251-18

Valor (R\$): 7.000,00

Valor da tarifa (R\$): 0,00

04/06/2018 Data-Hora da operação:

100165 Nr. Doc: Número de Controle CAIXA: 100165



Finalidade:

### Consulta de TED Enviada Via Internet Banking CAIXA

PAG0108 Tipo de TED:

Agência/Conta destino: 2117/000000023559-8

Tipo de conta destino:

GUILHERME LEIMANN Nome do destinatário 1: CPF/CNPJ do destinatário 1: 015.820.251-18

Valor (R\$): 7.000,00

Valor da tarifa (R\$):

Número de Controle CAIXA:

17,50

Finalidade: Credito em Conta

134577

30/05/2018

Nr. Doc:

\$ 2.000,00 Cheque Azul MIGUEL SUTIL A ROSANE SANTOS ARRUDA AV.RUBENS DE MENDONCA1097 NORBERTO CARLOS OLIVERA DE ARRUD CUIABA-MT CONFECÇÃO: 01/2018 CPF 177.503.770-34 p.t 0034430856 EMESS 1001735-7 1 210416951E 0129007855A 600100193572A





#### Consulta de TED Enviada Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED: PAG0108 Agência/Conta destino: 4042/000000045928-3 Nome do destinatário 1: ксм вв CPE/CNP1 do destinatário 1: 7202498000114 20.000,00 Valor da tarifa (R\$): 17,50 Finalidade: Credito em Conta 01/08/2018 118681 Número de Controle CAIXA: 127754





#### Consulta de TED Enviada

via Internet banking CAIXA	
Tipo de TED:	PAG0108
Banco destino:	ITAU UNIBANCO S.A 60701190
Agência/Conta destino:	1676/000000021800-9
Tipo de conta destino:	сс
Nome do destinatário 1:	KLEBER ALVES DE LIMA
CPF/CNPJ do destinatário 1:	396.103.221-15
Valor (R\$):	20.000,00
Valor da tarifa (R\$):	0,00
Finalidade:	Credito em Conta
Data-Hora da operação:	01/08/2018
Nr. Doc:	118681
Histórico:	TRANS
Número de Controle CAIXA:	119054





#### Consulta de TED Enviada

Tipo de TED: PAG0108

Agência/Conta destino: 4604/000001000097-7

Tipo de conta destino: CC

Nome do destinatário 1: KLEBER ALVES DE LIMA

CPF/CNPJ do destinatário 1: 396.103.221-15

Valor (R\$): 20.000,00

Valor da tarifa (R\$): 0,00

Finalidade: Credito em Conta

 Data-Hora da operação:
 01/08/2018

 Nr. Doc:
 118681

 Histórico:
 TRANSF

119513



Número de Controle CAIXA:

#### Consulta de TED Enviada Via Internet Banking CAIXA

Tipo de TED: PAG0108

Agência/Conta destino: 2128/00000010871-5

Tipo de conta destino: CC

Nome do destinatário 1: KLEBER ALVES DE LIMA

**CPF/CNPJ do destinatário 1:** 396.103.221-15

Valor (R\$): 20.000,00

Valor da tarifa (R\$): 0,00

Nr. Doc:

Finalidade: Credito em Conta Data-Hora da operação: 01/08/2018

118681

Histórico: TRANS
Número de Controle CAIXA: 118681





#### Consulta de TED Enviada Via Internet Banking CAIXA

 Tipo de TED:
 PAG0108

 Agência/Conta destino:
 4042/000000048087-8

 Tipo de conta destino:
 CC

The account account

Nome do destinatário 1: VETOR ASSESSORIA E PESQ DE MER

132330

**CPF/CNPJ do destinatário 1:** 819.330.001-50 **Valor (R\$):** 36.000,00

Valor da tarifa (R\$): 0,00

Finalidade: Credito em Conta

Data-Hora da operação: 16/04/2018

Número de Controle CAIXA: 132330



Nr. Doc:

#### Consulta de TED Enviada

Tipo de TED: PAG0108

Agência/Conta destino: 4042/000000048087-8

Tipo de conta destino: CC

Nome do destinatário 1: VETOR ASSESSORIA E PESQUISA DE

CPF/CNPJ do destinatário 1: 819.330.001-50
Valor (R\$): 24.000,00

Valor da tarifa (R\$): 17.50

Finalidade: Credito em Conta

Data-Hora da operação: 09/05/2018

Nr. Doc: 138345

Histórico: A PEDIDO DO CLIENTE

Número de Controle CAIXA: 138345





Não se olvide que o requerente **GILBERTO EGLAIR POSSAMAI**, em data posterior ao suposto empréstimo realizado, efetuou o pagamento de **R\$ 150.000,00** diretamente à Genius At Work Produções Cinematográficas LTDA para quitar parte de débito contraído pela candidata **SELMA ARRUDA** junto ao referido fornecedor.



Esse o quadro, inexorável reconhecer que foram omitidos despesas de campanha, quitadas via caixa dois, no importe total de **R\$ 927.816,36**, o que corresponde a pouco <u>mais de 54%</u> dos gastos oficialmente contabilizados pelos requerentes.

Necessário consignar, por derradeiro, que todo o material produzido pela Genius At Work Produções Cinematográficas LTDA em período pré-campanha estão documentados em provas compartilhadas, bem como no protocolo de entrega assinada por **Guilherme Leimann** (cabo eleitoral), no qual consta listado, **dentre outros**, a produção de vídeos, *jingles* e vinhetas; crianção de conceito e logomarca, bem como a finalização das artes para adesivos, banners, faixa, bandeiras, fundo de palco, panfletos, santinhos, santão e praguinhas, gastos típicos de uma campanha, portanto (ID nº 723772).



#### III. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL** opina pela **DESAPROVAÇÃO**, nos termos do art. 77, inciso III, da Res. TSE nº 23.553/2017, determinando-se aos prestadores o recolhimento da **receita de origem não identificada**, no valor de **R\$ 1.600,00**, aos cofres do Tesouro Nacional, tal como determina o §3º do art. 22 c/c o artigo 34 da Res. TSE nº 23.553/2017.

Cuiabá, 12 de dezembro de 2018.

(Assinado eletronicamente)

#### PEDRO MELO POUCHAIN RIBEIRO

Procurador Regional Eleitoral